



SELETTI

23.475.070/0001-00

SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

**RUA EVARISTO DAVEIGA, 29
CENTRO - CEP 24020-280**

NITERÓI - RJ

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS DA
COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
003/2021

Ref. Pregão Eletrônico 003/2021

Processo Administrativo SEI n.º 260005/002832/2020

SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI, já devidamente qualificada, nos autos em epígrafe, por meio do seu representante, que assina ao final desta, vem com o devido respeito, perante Vossa Senhoria, com os cumprimentos de estilo e em atenção ao mandado de intimação eletrônico, e nos termos da legislação de regência da matéria, em especial o contido no Edital, **Item 13 - subitem 13.3**, e artigo 45, §2º, da Lei n. 12.462/2011, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Licitante **AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** em razão da r. decisão que julgo regular e



SELETTI

classificou a proposta vencedora da licitação, sendo que, desde já, pleiteia pelo oportuno processamento e encaminhamento dos fatos e argumentos de direito a seguir expostos.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

EMINENTE
JULGADOR.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA -FAETEC, realizou licitação sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço Global por Lote e Regime de Execução por Preço unitário, sob o regime de empreitada por Preço Global, ao qual teve por objeto a Contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, devidamente



descritos, caracterizados e especificados em seu edital publicado.

Em seu inconformismo, alegou a empresa Recorrente, que após etapa de lances ofertou o valor total de R\$ 10.998.990,95 (dez milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa reais e noventa e cinco centavos).

Ainda, aponta que o Pregoeiro não solicitou a apresentação da planilha de custos, concluindo pela inexecuibilidade dos preços ofertados pelas 05 primeiras colocadas, desclassificando-as sem observância da oportunidade de as licitantes apresentarem justificativas para os valores que foram ofertados.

É NÍTIDO QUE A RECORRENTE TENTA VALER-SE DE PRÓPRIA TORPEZA, QUANDO NO ITEM 10.7 DO EDITAL ESTÁ DISPOSTO EXPRESSAMENTE QUE A ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ ENCERRADA MEDIANTE AVISO DE FECHAMENTO IMINENTE DOS LANCES.

Portanto, se a recorrente declara ter ofertado o valor total de R\$ 10.998.990,95 (dez milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa reais e noventa e cinco centavos) após encerramento da etapa de lance, seu inconformismo é de cunho meramente protelatório, haja vista a preclusão de seu direito.

Sequer, alegação de impedimento de registrar lance poderia ser acolhido.

A recorrente não ofereceu qualquer prova cabal que confirme, satisfatória e incontestavelmente as alegações desferidas contra a lisura, isonomia e a imparcialidade do Pregão 003/2021. Certame este que, contrariamente às suas arguições, ocorreu em plena observância a todas as normas, procedimentos e



especificações dispostas tanto em lei, quanto no instrumento convocatório

As propostas inexequíveis foram devidamente desclassificadas após abertura de suas respectivas planilhas de custo, uma vez que não atenderam a convenção coletiva da classe a que estaria vinculada, qual seja, em absoluta observância ao item 9.5. Vejamos:

9.5-Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e, após a fase de lances, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

E, igualmente não prospera o discurso de que a economicidade para Faetec não se materializou, uma vez que sequer provocou a Recorrente ter ofertado lance na quantia de R\$ 10.998.990,95 (dez milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa reais e noventa e cinco centavos) abaixo da licitante vencedora dentro do tempo estabelecido para tanto.

Inclusive, muitos lances foram registrados durante o tempo randômico. Comprovando-se, novamente, a inexistência de irregularidade. Ou seja, a competitividade foi ampla e a vantajosidade alcançada, satisfazendo os princípios que regem a licitação.

Desta feita, anular o Pregão seria penalizar notoriamente sem qualquer fundamento a Contrarrazoante com base, tão somente, em suposições e alegações de cunho completamente subjetivo e conveniente da empresa Recorrente. Ao passo que, inconformadas com a perda do negócio, tenta confundir e incitar essa Comissão de licitação a macular um processo licitatório despidido de qualquer vício.

Portanto, é essencial que esta respeitada Comissão decida com cautela a situação aqui enfrentada. Repudiando a tomada de decisões com base apenas em alegações convenientes, sumárias e desarrazoadas de empresa desquarnecida de quaisquer provas. Pois, isto feito, feriria de morte a segurança jurídica vital não só para os processos licitatórios como para os seus envolvidos. Na medida em que uma empresa que se sagra licitamente vencedora de um Pregão, a partir de conjecturas e inconformismos, pode ter arrancado seu direito hãoamente conquistado.

Uma simples análise e leitura do Pregão 003/2021 constata a observância minimamente de todos os procedimentos e normas licitatórias.

As alegações da Recorrente sobre suposto problema por ela narrado são de cunho pessoal e insuficientes para macular todo um procedimento licitatório validamente ocorrido.

Ante as questões aventadas, conforme leciona o prof. Antônio José Calhau, é de observar o princípio da razoabilidade a ser empregado por este respeitável órgão que consiste em: "A razoabilidade é um conceito jurídico indeterminado, elástico e variável no tempo e no espaço. Consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato."

Conforme instrui o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da



Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).

Como em qualquer outra legislação, o Edital com seus anexos, deve ser compreendido de forma integral, sendo equivocado o realce isolado de disposições previstas no Edital, como inquerido pela Recorrente, tendo em vista que pode acarretar entendimentos errôneos a respeito das diretrizes ali previstas.

A participação no Pregão é um direito conferido ao particular, mas que resulta em obrigações que o vincula, gera compromissos com os concidadãos e, por conseguinte à Administração.

Assim, a conduta da Comissão de Licitação, além de observar todos os dispositivos previstos no instrumento convocatório e as legislações que normatizam o pregão eletrônico, atende também ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes serão beneficiados por idêntico tratamento.

Imperioso destacar que todos os julgados desta pregoeira estão embasados nos princípios esculpidos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade



administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade. (Decreto Federal 5.450/2005)

Desta forma, seu inconformismo é de cunho meramente protelatório.

DO PEDIDO.

Diante do exposto, requer à Vossa Senhoria o recebimento desta contrarrazão e, considerando todos os argumentos expendidos, pugna-se que seja acolhida a preliminar apresentada, e **NÃO SEJA CONHECIDO** o presente Recurso, sendo julgado **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, negando-lhe provimento, tendo em vista os fundamentos de fato e de direito apresentados, e em virtude da inexistência de vilipêndio ao Edital, as normas e os princípios regentes das licitações.

NITERÓI, 09 DE JUNHO DE 2021.


SELETTI SERVICOS E COMERCIO EIRELI

FABIO HENRIQUE VIANNA PINTO.

(REPRESENTANTE LEGAL)

CPF. 035.953.727.86